



PLANO DE ATIVIDADES 2023



PLANO DE ATIVIDADES 2023

Índice

Missão, Valores e Objetivos	2
Direção eleita	4
Mesa da Assembleia Geral	4
Conselho Fiscal	4
Contexto político e social	5
Aumento do discurso transfóbico em Portugal	5
Descida de Portugal no ranking europeu dos direitos das pessoas LGBTI+	6
Acompanhamento da situação epidemiológica do vírus Monkeypox	7
Preparação para a organização do Europride 2025	9
Objetivos/Atividades 2023	11
Políticos/Sociais	13
Ação Política da ILGA Portugal	13
Formação de Públicos Estratégicos	16
Ação Social e Comunitária	17
Governança	18
Comunicação	20
Orçamento e operacionalização	20

Missão, Valores e Objetivos

A Associação ILGA Portugal – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo é uma Associação de Solidariedade Social enquadrada no regime legal de pessoa coletiva de utilidade pública, sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Fundada em 1995 e legalmente registrada em 1996, é a mais antiga associação de defesa dos direitos das pessoas Lésbicas, Gay, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI) e das suas famílias em Portugal, sendo totalmente apartidária e laica. A Associação ILGA Portugal está sediada na Rua dos Fanqueiros, 38, 3.º esquerdo, Lisboa – e o seu âmbito de intervenção é nacional.

Os órgãos sociais da ILGA Portugal – que desenvolvem a sua atividade em regime voluntário e não remunerado –, assim como os recursos humanos da Associação, acreditam e trabalham para uma sociedade que tem como pilares os Direitos Humanos, a educação para a cidadania e a plena igualdade na lei e na vida quotidiana, livre de qualquer tipo de discriminação, nomeadamente no que toca à orientação sexual, identidade e/ou expressão de género e características sexuais de cada pessoa.

A ILGA Portugal tem como missão e objetivos a integração social da população LGBTI+ e das suas famílias; a luta contra a discriminação em função da orientação sexual, da identidade e/ou expressão de género e das características sexuais; e a promoção da cidadania, dos Direitos Humanos e da igualdade de género, através de um programa alargado e

articulado de apoio nos âmbitos comunitário, social e político, dos quais se destacam:

- A intervenção no plano político, social e mediático que promova a igualdade na lei e na sociedade independentemente da orientação sexual, da identidade e/ou expressão de género e das características sexuais;
- A disponibilização de serviços de apoio e aconselhamento jurídico, psicológico, de integração social e de apoio à vítima da população LGBTI+;
- A promoção e proteção da saúde das pessoas LGBTI+ e das suas famílias;
- A prestação de apoio e informação a famílias com pessoas LGBTI+, nomeadamente através da promoção de atividades lúdicas, educativas e sociais adequadas;
- A gestão e dinamização do Centro LGBTI, um Centro Comunitário específico que funciona na sede da Associação, que acolhe grupos de interesse temáticos e promove o desenvolvimento do sentido de comunidade e pertença;
- A produção de materiais informativos e de suporte, bem como outras publicações, apoiando a realização de estudos no âmbito dos objetivos da Associação;
- A colaboração com organizações e redes nacionais e internacionais cuja intervenção se relaciona com os objetivos da Associação;
- O trabalho de pressão política e de diálogo com Governos, Autarquias, organizações partidárias, assim como entidades públicas e privadas, na procura da garantia do cumprimento dos desígnios da Igualdade e dos valores da Dignidade, Liberdade e Direitos Humanos das pessoas LGBTI+ e das suas famílias.

Direção eleita

Ana Aresta (ela), Presidente

Joana Cadete Pires (ela), Vice-Presidente

Helder Inês (ele), Tesoureiro

João Valério (ele), Secretário

Daniela Bento (ela/elu), Vogal

Teresa Amor (ela), Vogal Suplente

Isaac dos Santos (ele), Vogal Suplente

Pedro Carreira (ele), Vogal Suplente

Diana Amado (ela), Vogal Suplente

Nuno Gonçalves (ele), Vogal Suplente

Mesa da Assembleia Geral

Fátima Santos (ela), Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Alberto Jorge (ele), Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral

Leticia da Costa Gonçalves (ela), Secretária da Mesa da Assembleia Geral

António Barbosa (ele), suplente da Mesa da Assembleia Geral

Conselho Fiscal

João Pais (ele), Presidente do Conselho Fiscal

Rita Torres (ela), 1ª Vogal do Conselho Fiscal

Ivna Jahate (ela), 2ª Vogal do Conselho Fiscal

Contexto político e social

Aumento do discurso transfóbico em Portugal

As pessoas trans, não-binárias e de género diverso vivem constantemente a negação e o apagamento sistémico das suas vidas. Durante os últimos anos, estas pessoas, na sua grande maioria, não tiveram qualquer referencial para um crescimento saudável e rico em experiências positivas; no entanto são pessoas capazes, autónomas e têm agência política para decidir sobre quem são e sobre a forma como vivem no mundo. As suas falas, experiências e vivências são legítimas. E mais do que legítimas, são essenciais. Com o discurso anti-trans mais intensificado nos últimos tempos, os direitos das pessoas trans, não-binárias e género diverso estão, claramente, em perigo. Neste contexto, devemos repensar a estratégia atual para comunicar com grupos mais específicos fundamentais na salvaguarda destes mesmos direitos. O discurso transfóbico em Portugal aumentou em consequência de um grande desequilíbrio financeiro e de lógicas de poder institucionalizadas, sendo que as estruturas que se opõem aos direitos de pessoas trans, não-binárias e género diverso têm mais visibilidade e um maior alcance que organizações e pessoas LGBTI+

Com a ascensão de partidos de extrema-direita nas diversas eleições em muitos países – também em Portugal – e o crescimento de organizações anti-género, os discursos anti-LGBTI+ tornaram-se recorrentes, através de uma retórica populista e mascarada pelo falso conceito de "Ideologia de Género". Sondagens eleitorais atuais apontam para o crescimento da extrema-direita e sabemos que existe um risco real de, nas próximas eleições, haver uma maior representação destas forças políticas. Os próximos 3 anos serão cruciais para trabalhar com as pessoas eleitoras particularmente indecisas; pessoas eleitoras num espectro mais conservador que têm pessoas LGBTI+ próximas; pessoas cujo entendimento sobre o que são Direitos Humanos esteja ainda em construção; pessoas eleitoras que não entendem

os mecanismos de linguagem utilizados para o controlo de massas (muitas vezes difundido na qualidade de liberdade de expressão).

Descida de Portugal no ranking europeu dos direitos das pessoas LGBTI+

O Mapa e Índice anual da ILGA Europe de maio de 2022 identificaram passos em frente nos direitos LGBTI+ em vários países – nomeadamente Dinamarca, Islândia, Grécia, Letónia, Lituânia, Sérvia, Eslováquia e Eslovénia –, numa altura em que a democracia na Europa está sob pressão crescente. No entanto, vários países que outrora lideraram os direitos LGBTI+ estão a descer a escada, como é o caso de Portugal, enquanto outros correm o risco de seguir o precedente de países onde os direitos LGBTI+ estão a ser instrumentalizados para ganho político.

Portugal caiu 5% devido à expiração do Plano de Ação do Governo para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais (2018-2021). Em 2018, o Governo aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual, composta por três Planos de Ação, com medidas, indicadores e metas concretas nas áreas da promoção da igualdade entre mulheres e homens, da prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, e do combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais. Terminado o primeiro período de vigência destes Planos de Ação (2018-2021), os novos Planos de ação para o período 2022-2025 estiveram em consulta pública no início deste ano, mas até à data de apresentação deste plano de atividades ainda não tinham sido publicados.

Cumpre-nos, por isso, intensificar a pressão para o investimento em respostas e políticas públicas específicas para as pessoas LGBTI+. O nosso país não pode ficar adormecido no que toca à proteção dos Direitos Humanos, muito menos descer nos rankings por falta de planos ou estratégias governamentais para atuação direta na ainda frágil resposta do Estado e dos serviços públicos.

Com o objetivo de melhorar a situação jurídica e política das pessoas LGBTI+, a ILGA Europe recomenda ainda, no caso português:

- a proibição das chamadas “práticas de conversão” com base na orientação sexual e identidade de género;
- a introdução de políticas públicas e outras medidas sobre asilo que contenham menção expressa de todos os fundamentos associados à orientação sexual, identidade de género, expressão de género, características sexuais;
- clarificar a proibição legal da mutilação genital intersexo através de políticas de implementação que estabeleçam regras claras para o consentimento informado e garantam o efeito pretendido de proteger as pessoas intersexo de intervenções sem o seu consentimento pessoal.

Acompanhamento da situação epidemiológica do vírus Monkeypox

O vírus Monkeypox está presente em Portugal desde maio de 2022, altura em que as organizações da sociedade civil, incluindo a ILGA Portugal, começaram a acompanhar a situação epidemiológica junto da DGS e das pessoas afetadas. Na altura, denunciámos a perpetuação de narrativas estigmatizantes veiculadas por alguns meios de comunicação e redes sociais que, por preconceito e num já conhecido caminho de desresponsabilização, associaram a orientação sexual à propagação de doenças.

De maio para o presente, os casos aumentaram em Portugal, mas também por todo o mundo, levando a OMS a declarar a Monkeypox como uma emergência global de saúde pública em julho. É necessário que fique claro: embora o vírus Monkeypox possa infectar qualquer pessoa, à data de hoje as dinâmicas de transmissão do vírus, que não são estanques e podem alterar-se a qualquer momento, têm impactado maioritariamente a vida de homens, de entre os quais homens gays, bissexuais e outros HSH – homens que têm sexo com homens.

O acompanhamento da situação epidemiológica permite compreender a complexidade deste novo surto e a necessidade de implementar normas e estratégias de vacinação equitativas. Lembramos o surto de hepatite A em 2017, cujas dinâmicas de transmissão tiveram incidência expressiva em homens gays, bissexuais e outros HSH, e que foi controlado com a ajuda de uma estratégia de vacinação preventiva dirigida.

Numa iniciativa da ILGA Portugal e do GAT – Grupo de Ativistas em Tratamentos, várias Organizações Não Governamentais pediram ao Ministério da Saúde, DGS e INFARMED a tomada de decisões para o uso preventivo de parte das vacinas para as pessoas em maior risco, continuando a vacinar em pós-exposição os contactos de casos positivos. Dada a aparente escassez de vacinas, apontamos, em setembro de 2022, para a urgência de autorizar a administração intradérmica (validada pela FDA, EMA e DG SANTE), apelando a uma comunicação clara e transparente sobre a situação europeia em relação às vacinas disponíveis (garantindo o uso das vacinas pós-exposição) e o calendário de entregas e alertando, ainda para a falta de comunicação e informação de caráter público, em Portugal e na Europa, de auxílio à reivindicação do aumento da produção de vacinas e à pressão sobre a indústria farmacêutica e a UE, de modo a garantir a cobertura de todas as necessidades, em todos os países e não apenas nos países mais ricos.

Com a revisão da norma após a apresentação pública destas apresentações, várias das reivindicações foram cumpridas, nomeadamente a possibilidade de administração intradérmica. No entanto, os critérios atuais ainda não são suficientemente abrangentes, o número de vacinas ainda é insuficiente e não há informação sobre metodologias de operacionalização nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Cumpre-nos, por isso, continuar a exigir e unir esforços para que a situação epidemiológica do vírus Monkeypox fique definitivamente controlada e para que as autoridades nacionais exerçam a diplomacia necessária junto dos organismos europeus, de modo a que fique claro que a saúde pública não pode estar refém de lógicas de mercado e de racionamentos com base em critérios geopolíticos que extravasam a preocupação central com a saúde humana.

Preparação para a organização do Europride 2025

Em 2022 foram apresentadas duas candidaturas para o ano de 2025 – uma de Lisboa e outra de Magdeburg, na Alemanha. A candidatura de Lisboa, apresentada em conjunto pelas associações ILGA Portugal, Variações, rede ex aequo e AMPLOS, foi eleita por maioria pelas entidades associadas da EPOA – European Pride Organizers Association.

Iremos promover, assim, a organização de um evento LGBTI+ em grande escala, a ocorrer entre 14 e 22 de junho de 2025, marcando uma mudança de paradigma naquilo que tem sido até agora a organização da celebração do Orgulho pan-europeia, em que um conjunto de associações parceiras locais une esforços desde o início para apresentar um projeto coeso que agregue as diferentes visões, formas de estar e de viver das nossas comunidades.

Num crescente ambiente de hostilidade contra as pessoas LGBTI+ e os Direitos Humanos no geral, decidimos reforçar a necessidade de ocupar o espaço público e de quebrar o silêncio a que tentam forçar as nossas identidades, os nossos corpos, as nossas famílias, os nossos direitos. Esta vitória trará consigo mudanças políticas e sociais a um nível nacional e europeu, mas também a um nível global, uma vez que representa um momento inédito também para o chamado mundo da lusofonia, abrindo espaço para que se pensem e mudem formas de pensar além das perspetivas neo-coloniais.

Acolher o Europride em 2025 significa iniciar os preparativos já no final de 2022 / início de 2023, seja por questões de sustentabilidade financeira do evento – o que implica negociações ao mais alto nível, do Governo à autarquia de Lisboa –, seja pelo envolvimento de todos os *stakeholders* chave para a organização do evento e para a sua amplificação a nível nacional e internacional.

Objetivos/Atividades 2023

Nos últimos anos o nosso país tem baixado os braços no que toca aos Direitos LGBTI+. Por inoperância do Governo e da Assembleia da República, estamos a ficar para trás. Consideramos que não haverá igualdade plena no nosso país:

- Enquanto milhares de pessoas trans virem os seus processos de afirmação atrasados e rodeados de sofrimento porque o sistema não abraça as suas necessidades e as suas reivindicações;
- Enquanto forem empurradas para o domínio do estigma por profissionais de saúde que continuam sem ser devidamente capacitados e formados para as especificidades da população LGBTI+;
- Enquanto a Unidade Reconstructiva Génito-Urinária e Sexual (URGUS) de Coimbra for a única unidade de referência para cirurgias, com anos de listas de espera, com denúncias de incumprimento de códigos deontológicos e com mecanismos redundantes que reforçam os caminhos de vitimização das pessoas trans;
- Enquanto as crianças e jovens trans e intersexo não tiverem serviços de saúde especializados, ao invés de dependerem da boa vontade e do ato de coragem de profissionais de saúde;
- Enquanto as ditas práticas de conversão operadas por alegados profissionais de saúde não forem determinantemente banidas do nosso país;
- Enquanto as identidades não-binárias não tiverem reconhecimento legal;
- Enquanto não houver formação e fiscalização dos serviços de saúde;
- Enquanto a parentalidade LGBTI+ for ainda uma miragem ao fundo do túnel, apesar de já garantida na lei, pelas longas listas de espera tanto nos processos de adoção como no acesso a técnicas de Procriação Medicamente Assistida (PMA) no Serviço Nacional de Saúde (SNS);

- Enquanto a gestação de substituição não for alargada aos homens solteiros e casais de homens;
- Enquanto as pessoas migrantes, refugiadas e requerentes de proteção internacional continuem sem acesso ao SNS, sem respostas na área do trabalho e da integração social;
- Enquanto os locais de trabalho não forem locais seguros;
- Enquanto jovens vítimas de violência doméstica não tiverem acesso a profissionais que respondam às suas necessidades;
- Enquanto não houver verdadeira educação para a sexualidade nas escolas;
- Enquanto a Constituição da República Portuguesa não previr a não discriminação com base na identidade e expressão de género e características sexuais;
- Enquanto as realidades machistas, racistas, xenófobas e colonialistas não forem levadas a sério e devidamente travadas por quem governa;
- Enquanto os crimes de ódio com motivação homofóbica e transfóbica não tiverem corpo nos relatórios e mecanismos de ação / contabilização por parte forças de segurança;
- Enquanto não pudermos ser quem somos, quem sabemos ser, em todos os domínios das nossas vidas.

Assim, temos como Objetivos/Atividades para 2023:

Políticos/Sociais

Ação Política da ILGA Portugal

1. Através do Grupo de Reflexão e Intervenção Trans (GRIT) da ILGA Portugal, promover o debate político, a crítica aos movimentos anti-trans e a auto-capacitação como forma de auto-defesa política, aumentando o contacto entre o GRIT, a equipa e direção da Associação;
2. Apresentar aos partidos e tutelas Governamentais um plano político e social na área da Proteção e Bem-Estar das pessoas LGBTI+ e das suas famílias, também no âmbito do Orçamento do Estado 2023, nomeadamente:
 - o A definição de uma lei-quadro anti-discriminação;
 - o Implementação da Estratégia Nacional de Saúde para as pessoas LGBTI, assim como de casas abrigo e estratégias de *Housing First* pensadas e preparadas para as especificidades da População LGBTI;
 - o Pressão para a publicação do Plano Nacional de Ação específico, que deveria vigorar de 2022 a 2025;
 - o Criação de uma Rede de Estruturas de Acolhimento específicos para pessoas LGBTI;
 - o Reforço dos programas e das verbas alocadas à formação para Professoras/es, Forças de Segurança, SEF, saúde e demais profissionais na área dos serviços em matéria LGBTI;
 - o Reforço do financiamento para Organizações Não Governamentais LGBTI;
 - o Proibição das chamadas práticas de “conversão”;
 - o Implementação de uma rede pública de Centros Temporários de Acolhimento específicos para pessoas LGBTI+;

- o Regulamentação das atividades que possam ser entendidas como trabalho sexual, de forma a assegurar o desenvolvimento de competências específicas que aproximem o mercado paralelo do mercado regulado, garantindo desta forma o respeito e auto-determinação de todas as pessoas;
- o Garantir o acesso à gestação de substituição por homens solteiros e casais de homens;
- o Publicação do modelo de intervenção, orientações e normas técnicas, a ser implementado no âmbito das questões trans e intersexo, de acordo com a Lei N.º 38/2018;
- o Clarificação da proibição legal da mutilação genital intersexo através de políticas de implementação que estabeleçam regras claras para o consentimento informado e garantam o efeito pretendido de proteger as pessoas intersexo de intervenções sem o seu consentimento pessoal.
- o Monitorização da proibição de cirurgias medicamente desnecessárias em crianças intersexo, para averiguar a implementação efetiva da Lei n.º 38/2018;
- o Direito à autodeterminação da identidade de género, da expressão de género e proteção das características sexuais nas escolas;
- o Investigação efetiva, pública e transparente sobre a qualidade e ética trabalho desenvolvido na URGUS, ouvindo as pessoas trans utentes do serviço e acautelando as suas denúncias e garantindo cuidados de saúde céleres, dignos e trans-específicos em todo o país;
- o Reforço dos meios técnicos, financeiros e humanos para a diminuição dos períodos de espera em matéria de parentalidade, seja nos processos de adoção, seja na procura de técnicas de PMA no SNS;
- o Implementação do registo de motivação subjacente à prática dos crimes de ódio, de modo a facilitar a obtenção de dados oficiais e o conhecimento da verdadeira dimensão destes fenómenos em Portugal;

3. Continuar o trabalho de capacitação e articulação nacional e internacional com outras ONG e entidades públicas em matéria de migrações e acolhimento de pessoas LGBTI+ migrantes e requerentes ou beneficiárias de proteção internacional;
4. Realizar os Prémios Arco-Íris 2022, dentro dos limites financeiros da Associação, e alargando o seu âmbito ao ano de 2021, dado não ter sido possível garantir a edição do ano passado;
5. Realizar o Arraial Lisboa Pride 2023, reforçando lógicas de apoio da Câmara Municipal de Lisboa, a EGEAC e demais entidades parceiras, abrindo caminho para a realização do Europride 2025;
6. Preparar o acolhimento do Europride 2025;
7. Implementar programas de diversidade e combate ao ódio e à discriminação dirigidos a entidades empregadoras e estabelecimentos de ensino;
8. Apresentar o Relatório do Observatório da Discriminação da ILGA Portugal 2020-2022 e preparar o lançamento do ano de 2023;
9. Continuar a acompanhar, registar e divulgar junto da comunidade e agentes políticos os desenvolvimentos legislativos, políticos e sociais nas Nações Unidas, União Europeia e Conselho da Europa em matéria de igualdade e não discriminação, assim como as redes e ONG europeias e mundiais cujas temáticas sejam pertinentes para a Associação, nomeadamente: a Advocacy Network da ILGA-Europe, a Plataforma de Direitos Fundamentais da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, a NELFA – Rede Europeia de Associações de Famílias LGBT, a ILGA-Europe, a TGEU – Transgender Europe, a OII – Organisation Intersex International Europe e a EPOA – European Pride Organisers Association;
10. Celebrar o Dia Nacional e Internacional de Luta contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, assim como outras datas significativas para as identidades LGBTI+;

11. Assegurar espaço mediático de reivindicação política, seja através de entrevistas, reportagens de contexto e espaços de opinião;
12. Continuar as negociações com a CML na garantia de um espaço físico que cumpra todos os requisitos exigidos pelo sistema e necessários para a concretização do trabalho da Associação, nomeadamente reunindo todas condições de segurança e privacidade para a realização de atendimentos, de forma a manter a candidatura ao financiamento estrutural da Segurança Social;

Formação de Públicos Estratégicos

13. Continuar o trabalho de promoção da capacitação de profissionais de educação, forças de segurança e profissionais de saúde e outras áreas de intervenção prioritária;
14. Promover nova formação de públicos estratégicos no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023: Orientação Sexual, Identidade de Género e Características Sexuais;
15. Reforçar o programa de formação sobre Diversidade e Inclusão para as empresas como forma de encorajar a diversidade no local de trabalho aplicando os princípios da igualdade e de não-discriminação;
16. Promover formação em Intervenção Psicológica em Públicos LGBTI+, seja reforçando protocolos com entidades formadoras nesta área, seja promovendo a formação contínua do Serviço de Apoio Psicológico da ILGA Portugal, seja promovendo sessões de psicoeducação afirmativa através do Centro LGBTI+;

Ação Social e Comunitária

17. Garantir o funcionamento do Centro LGBTI, não descurando a componente online, que permite um maior alcance geográfico nacional e internacional;
18. Reforço, manutenção e reestruturação do Serviço de Apoio Psicológico (SAP), Serviço de Apoio à Vítima (SAV), Serviço de Apoio Jurídico (SAJ) e Serviço de Apoio Social (SAS);
19. Antevendo-se para 2023 um aumento do número de pedidos de ajuda por vulnerabilidade e emergência social, trabalhar para o reforço das estratégias internas de resposta e trabalhar para o aumento da rede de respostas.
20. Continuar o acolhimento, formação e integração de pessoas voluntárias, com vista a reforçar as equipas voluntárias do Centro LGBTI+, do Centro de Documentação, de grupos de atividades comunitárias e, especialmente, da Linha de Apoio LGBTI+, cuja dificuldade de manutenção é constante;
21. Retomar o atendimento da Linha de Apoio LGBTI+ numa perspetiva mais abrangente de canais digitais, em complemento à chamada telefónica clássica;
22. Aumentar a abrangência geográfica do Centro LGBTI+, nomeadamente através da realização de mais atividades em formato digital – *live streaming*.
23. Manter os atuais Grupos de Apoio e Partilha (Grupo de Apoio e Partilha de pessoas trans, não-binárias ou em questionamento identitário; Grupo de apoio e partilha de mulheres lésbicas ou bissexuais; Grupo de Apoio e Partilha de homens gays ou bissexuais);
24. Manutenção dos atuais grupos de atividades comunitárias ativos (grupos de interesse): Coro; Teatro; Música; Leitura e GRIT;
25. Trabalhar para um reforço de atividades comunitárias especialmente dirigidas a pessoas LGBTI+ negras; pessoas LGBTI+ com neurodiversidade e/ou diversidade funcional; pessoas LGBTI+ surdas e pessoas bissexuais;

26. Em parceria com a plataforma de histórias Ambigular, continuar a implementação do projeto de parceria “Histórias da Nossa História LGBTI+”, que procura recolher as histórias das pessoas LGBTI+ nascidas antes de 1965 (ano de referência).
27. Criar condições para que o Grupo de Famílias Arco-Íris promova momentos de lazer e espaços de partilha e discussão sobre famílias e processos de parentalidade, nomeadamente apoio aos processos de adoção, coadoção e procriação medicamente assistida;
28. Promover o Arco-Íris no Jardim com um alargamento a parceiros internacionais como a NELFA, o que não foi possível realizar em 2022;
29. Identificação e formação de novas lideranças com vista à reativação ou reforço de atividades dos grupos de atividades comunitárias (grupos de interesse): famílias arco-íris; desporto e *pets*;
30. Procurar manter a parceria com as BLX - Bibliotecas Municipais de Lisboa para a dinamização de atividades no seu stand da Feira do Livro de Lisboa;
31. Trabalhar internamente para a realização de nova edição da Feira do Livro Queer;
32. Trabalhar para o reforço de acolhimento de atividades em parceria no Centro LGBTI+;
33. Reforço do número de atividades comunitárias com vista à celebração de dias de visibilidade e orgulho;

Governança

34. Finalizar, apresentar e colocar em prática a estratégia e estrutura de sponsoring da ILGA Portugal, de modo a reforçar os caminhos de sustentabilidade financeira da Associação, e continuar os processos de apresentação de candidaturas a financiamentos públicos – nacionais e internacionais – e privados;

35. Continuar o processo de adaptação das bases de dados e acessos de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD);
36. Terminar o processo de transição digital no âmbito do projeto Gulbenkian Digital Shift, com vista a: a) transição total da gestão de utentes dos serviços para plataforma de gestão de casos; b) manter atualizadas as medidas e protocolos de cibersegurança, com reforço específico de formação a toda a equipa técnica e lideranças voluntárias;
37. Terminar a transição de canais de comunicação, de todas as áreas e pessoas da associação, para a plataforma digital *Slack*, assim como continuar a transição da gestão de tarefas para a plataforma *Notion*.
38. Manter a política de otimização de controlo financeiro e redação e apresentação atempada relatórios de projetos financiados ativos, arquivo virtual para projetos a serem auditados, contabilidade analítica e comparação do real com o orçamento;
39. Manter o registo de reuniões regulares com o Conselho Fiscal, garantindo a visibilidade das ações executadas pela Associação, aumentando a interação com a Mesa da Assembleia Geral;
40. Finalizar o Regulamento Interno global da Associação, por forma a garantir uma harmonização dos procedimentos a adotar, englobando as áreas Comunitária e de Serviços. Este Regulamento deverá adaptar e estender o regulamento do SAP;
41. Reforçar a formação interna e externa de pessoas da equipa técnica e lideranças voluntárias;
42. Promover ações de auscultação, visibilidade e engajamento das pessoas associadas;

Comunicação

43. Procurar financiamentos para a aquisição de ferramentas de aprendizagem e testagem do alcance das mensagens específicas da ILGA Portugal;
44. Divulgar no website e redes sociais da ILGA Portugal as várias ações desenvolvidas pela Associação ao longo de 2023 e reforçar a divulgação direta junto das entidades parceiras, nomeadamente no âmbito de ações relacionadas com projetos;
45. Manter a newsletter e acionar outras estratégias de comunicação para e com pessoas associadas, comunicando as várias ações desenvolvidas pela Associação ao longo de 2023, procurando aumentar o número de pessoas associadas e o seu engajamento;

Orçamento e operacionalização

O Orçamento para 2023 reflete, uma vez mais, a necessidade de garantir a sustentabilidade financeira da Associação, apenas plenamente alcançável através de um acordo com a Segurança Social. 2/3 dos Recursos Humanos da Associação estão alocados a programas de financiamento temporário, nomeadamente linhas e projetos financiados pela União Europeia, o que é bastante impactante: um atraso no pagamento destas verbas poderá colocar em causa a tesouraria e estabilidade da equipa da ILGA Portugal.

Transitam de 2022 os projetos kNOwHATE, em parceria com o ISCTE, e o projeto DGS que termina em fevereiro de 2023. Quanto à subvenção do SAV, continua a ser aprovada anualmente e claramente não é suficiente para a estrutura

de recursos humanos nos serviços que disponibilizamos atualmente à população. Reforçamos a necessidade do SAV ser analisado em conjunto com outros serviços que oferecemos (nomeadamente SAP, SAJ e SAS), pois o financiamento atual do Governo já não cobre os gastos com a equipa atual, num trabalho em que a ILGA Portugal se substitui e complementa a responsabilidade do Estado em garantir respostas para as necessidades das pessoas LGBTI+;

Em 2023 iremos testar um modelo diferente de financiamento externo privado. Estamos a criar uma identidade ILGA Portugal – como uma entidade que pode ser um parceiro-chave na criação de políticas e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que as empresas que estão neste momento a incorporar na sua estratégia. Podemos, aqui, trabalhar com as empresas os ODS 3 -Saúde de Qualidade, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Género, 10 - Reduzir Desigualdades, 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos, entre tantas outras que se cruzam no trabalho pela luta dos Direitos Humanos. Os nossos eventos políticos e comunitários como o Arraial Lisboa Pride, Prémios Arco-Íris ou o Arco-Íris no Jardim passam a ser parte integrante dessa estratégia anual, na qual as empresas vêem a sua visibilidade como resultado dessa parceria. Este é um trabalho anual, com o ponto alto a acontecer em junho, mês do Orgulho.

No momento em que trabalhamos este orçamento, já apresentamos várias candidaturas para novos projetos como responsáveis e como parceiros, cujos processos estão ainda em fase de análise. Infelizmente, os projetos continuam a ser parte importante do financiamento dos nossos recursos humanos. Continuamos a trabalhar para diminuir esse peso no financiamento da ILGA Portugal, sem deixar de responsabilizar as entidades públicas que deveriam fornecer os serviços aqui garantidos pela Associação.